



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 27 de Fevereiro de 2015
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano IX

Nº 846



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1233 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

“Autoriza o Município de Monte Carmelo a celebrar convênio com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de Minas Gerais – UNDIME/MG.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, APROVOU e o Prefeito Municipal SANCIONA a seguinte Lei:

Art.1º. Fica o Município de Monte Carmelo autorizado a celebrar convênio com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação o Estado de Minas Gerais-UNDIME/MG, associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 23.840.622/0001-23, visando a construir e defender uma Educação Pública de qualidade para todos.

Art. 2º. As despesas desta lei correrão a conta de dotação orçamentária descrita no orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 19 de Fevereiro de 2015.

Fausto Reis Nogueira
Prefeito Municipal

Vilson Vieira Borges
Secretário Municipal de Governo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1234 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

“Autoriza e dispõe sobre o parcelamento, a compensação, a dação em pagamento, anistia e redução de multas e juros referente a pagamentos de crédito do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo – DMAE, incluídos ou não na dívida ativa do DMAE, nas condições que especifica e dá outras providências.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, APROVOU e o Prefeito Municipal SANCIONA a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DO PARCELAMENTO DOS CRÉDITOS E DA REDUÇÃO DAS MULTAS E DOS JUROS INCIDENTES.

Art. 1º. Os créditos de qualquer natureza, do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo – DMAE, vencidos e/ou inscritos em dívida ativa, poderão ser liquidados com redução da multa e dos juros, observadas as condições e requisitos estabelecidos nesta lei.

§1º A redução incidirá exclusivamente no valor das correções monetárias, multas moratórias e juros, e não no débito principal, conforme os limites abaixo fixados:

I – 100% (cem por cento) quando o débito foi quitado à vista;
II – 95% (noventa e cinco por cento) quando o débito for parcelado em até 04 (quatro) vezes;
III – 90% (noventa por cento) quando o débito for parcelado em até 10 (dez) vezes;

IV – 85% (oitenta e cinco por cento) quando o débito for parcelado em até 20 (vinte) vezes;

V – 80% (oitenta por cento) quando o débito for parcelado em mais de 20 (vinte) vezes;

§2º O parcelamento concedido será em parcelas iguais, mensais e

sucessivas, sem prazo de carência e com valor de cada parcela não inferior a R\$20,00 (vinte reais).

§3º O pagamento da 1ª parcela deverá ser efetuado no ato do deferimento do parcelamento.

§4º Os contribuintes que parcelarem seus débitos terão certidões positivas com efeito de negativas, com prazo de validade não superior a 60 (sessenta) dias.

§5º Na transação de imóveis beneficiados por esta Lei, a transferência ficará condicionada ao pagamento do débito integral remanescente.

§6º O crédito de que trata este artigo será atualizado até a data do efetivo pagamento.

§7º Os débitos inscritos em dívida ativa de que trata a presente lei são os considerados vencidos até o ano fiscal de 2014, ou seja, até 31/12/2014.

Art. 2º. O parcelamento abrangerá o principal, juros, multa, atualização monetária e demais encargos previstos em lei ou contrato, apurados à época de sua concessão, inclusive aquele constituído somente de multa isolada por descumprimento de obrigação acessória.

Art. 3º. Os créditos objeto de parcelamento em curso, na data da entrada em vigor desta lei, bem como os parcelamentos cancelados por falta de pagamento, terão os mesmos benefícios, relativamente à correção monetária, multa e juros incidentes sobre o saldo remanescente.

Art. 4º. Quando os débitos totalizarem valores superiores a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), o parcelamento fica condicionado ao oferecimento de garantia real ou fidejussória, nos termos e condições legais.

Art. 5º. Na hipótese de ação judicial ajuizada pelo contribuinte, a concessão do benefício de que se trata esta lei fica condicionada à desistência da ação e ao pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios, se for o caso.

CAPÍTULO II DA COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS

Art. 6º. Fica o Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo – DMAE autorizado a fazer a compensação de crédito não tributário com crédito líquido e certo do contribuinte do DMAE, nas condições previstas neste capítulo.

§1º - A compensação poderá incidir total ou parcialmente sobre os créditos de natureza não tributária devidos pelo contribuinte, incidindo inclusive sobre o saldo remanescente do parcelamento em curso.

§2º - O disposto no caput deste artigo não se aplica nos casos de dolo, fraude ou simulação do contribuinte ou de terceiro em benefício daquele.

Art. 7º. A realização da compensação fica condicionada à análise pelo Setor Financeiro do DMAE, de sua viabilidade econômico – financeira além da aprovação do Diretor Geral.

CAPÍTULO III DA DAÇÃO EM PAGAMENTO

Art. 8º. Fica o Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo – DMAE, diante da conveniência e a necessidade do uso do bem no serviço de utilidade pública municipal, autorizado a permitir a quitação de créditos não tributários do DMAE inscritos em dívida ativa, mediante dação em pagamento de bens imóveis e móveis.

Art. 9º. Não será permitida a dação em pagamento de bens gravados com quaisquer ônus, ainda que sobre parte de seu valor.

§1º O valor pelo qual será recebido o bem terá como limite máximo o valor de mercado;

§2º Para fins desta lei, no caso de bens imóveis, considera-se valor de mercado o valor apontado pela comissão de avaliação de imóveis da

Prefeitura Municipal de Monte Carmelo-MG ou a média apurada sobre o valor de 3 (três) avaliações de profissionais autônomos credenciados em órgão competente; no caso de bens moveis o valor obtido através da média de cotação de preços (3 orçamentos) e em caso específico de veículo automotor o valor mencionado na tabela FIPE.

§ 3º. O pedido de dação em pagamento do sujeito passivo não gera direito adquirido a sua realização e não suspende a exigibilidade do crédito, nem a fluência dos juros de mora e demais acréscimos legais.

§ 4º. A dação em pagamento, judicial ou administrativa, importa confissão irretratável da dívida.

CAPÍTULO IV DA ANISTIA

Art. 10º. Fica autorizada a anistia total nas seguintes hipóteses:

I – sobre os créditos, quaisquer que sejam os seus valores, relativos aos períodos vencidos até Janeiro/2005, desde que não aforada ou esteja em andamento nenhuma providência judicial;

II – sobre os créditos oriundos de instituições filantrópicas registradas no Conselho Municipal de Assistência Social;

III – sobre os créditos incidentes sobre templos religiosos.

Parágrafo único: Considera-se valor consolidado o resultante da soma do valor originário inscrito em Dívida Ativa, acrescido de atualização monetária, juros, multas e demais encargos legais e contratuais, vencidos até 31 de dezembro de 2005.

Art. 11º. A providência de que trata o artigo antecedente poderá ser praticada, *ex-officio*, pelo Diretor Geral do DMAE e ratificada pelo Chefe do Poder Executivo, independentemente de requerimento do usuário.

Art. 12º. Em caso de créditos controversos caberá ao DMAE, através de uma comissão designada por seu Diretor Geral, apreciar cada caso de maneira criteriosa, podendo ao final da avaliação anistiar a dívida existente em sua totalidade.

§ 1º Serão considerados créditos controversos aqueles casos em que o usuário dos serviços operados pelo DMAE afirmar não existir a dívida, embasado em documentação que remeta a veracidade dos fatos alegados.

§ 2º A comissão será formada por três servidores, sendo presidida pelo Diretor Geral, que deverá nomear dois servidores para compor a comissão.

Art. 13º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, vigorando até 31 de dezembro de 2015.

Monte Carmelo, 19 de Fevereiro de 2015.

Fausto Reis Nogueira
Prefeito Municipal

Vilson Vieira Borges
Secretário Municipal de Governo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



EDITAL DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015

O Prefeito de Monte Carmelo, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar no dia 12 de março de 2015 às 09h00min, no Setor de Licitações, situado nesta cidade à Praça Getúlio Vargas, nº. 242, perante Equipe para tal designado, Pregão Presencial n.º 004/2015 – Registro de Preços, do Tipo Menor Preço por Item, visando à **AQUISIÇÃO DE CIMENTO CP-II E CAL PARA PINTURA, PARA MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS E VIAS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO**. Os interessados poderão procurar a Diretoria de Licitação, de 13h30min às 17h00min. Para obterem maiores informações ligue (34) 3842-5880. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site da Prefeitura – www.montecarmelo.mg.gov.br e no Setor de Licitações. Monte Carmelo, 26 de fevereiro de 2015. Daniel Sant'Clair Barbosa Portes, Pregoeiro.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DISPENSA Nº 003/2015

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, no uso de suas atribuições

legais, torna publico, que fará realizar Dispensa de Licitação n.º 003/2015, para aquisição de alimentos destinados à Merenda Escolar adquiridos dos Produtores da Agricultura Familiar da Região, conforme PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: os fornecedores deverão ser Agricultores Familiares ou Empreendedores Familiares Rurais detentores do DAP (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fomento da Agricultura Familiar) e enquadrados no PRONAF (Programa Nacional de Fomento da Agricultura Familiar). Os quantitativos e gêneros alimentícios estão disponíveis no edital que encontra-se à disposição dos interessados no site da Prefeitura – www.montecarmelo.mg.gov.br e no Setor de Licitações.

LOCAL DE ENTREGA: Os documentos para habilitação, bem como a Proposta de Fomento, deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados e com identificação externa do seu conteúdo, no seguinte local e hora:

Horário: 13h30min às 17h00min.

Protocolo dos Envelopes: até às 08h30min do dia da sessão.

Data: 19/03/2015.

Local (Protocolo): Praça Getúlio Vargas, 242 – 2º Andar - Centro - Monte Carmelo-MG. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (34)3842-5880.

Monte Carmelo, 27 de fevereiro de 2015

Daniel Sant'Clair Barbosa Portes
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: PATRÍCIA MATIAS DIOGO

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 303

IMPRESSÃO: PREFEITURA MUNICIPAL
MONTE CARMELO
(34)3842-5880